

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### **Pela recuperação dos danos causados pelo sismo de 9 de julho de 1998 na passagem do seu 25.º aniversário**

Foi no dia 9 de julho de 1998, às 05h19, que as ilhas do Faial, Pico e São Jorge acordaram em sobressalto com um violento sismo de magnitude 5.8 na escala de Richter, com epicentro localizado a cerca de 16 quilómetros a Nor-Nordeste da cidade da Horta.

Naquele momento, o sentimento de terror, angústia, pânico e incerteza tomou conta destes açorianos, agoniados com um terramoto que tardava em acabar, pois a sua duração prolongou-se por cerca de 19 penosos e longos segundos, além das réplicas.

Naquela madrugada, e na manhã seguinte, pairava um rasto de poeira no ar, cheiro a enxofre e destruição. 70% do parque habitacional da ilha do Faial foi danificado. Na ilha do Pico, cerca de 20% dessas infraestruturas foram afetadas e em São Jorge, algumas moradias foram igualmente atingidas. À destruição das habitações, sobretudo no Faial, somaram-se as ruturas de sistemas de abastecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, estradas totalmente obstruídas, pontes destruídas e freguesias isoladas. Muitas infraestruturas e equipamentos coletivos de natureza cultural, desportiva, social e religiosa foram igualmente devastadas.

Com cerca de 150 feridos identificados, 8 pessoas, inclusive um bebé, faleceram, e mais de 3500 faialenses ficaram desalojados.

Nas primeiras horas da manhã reinava o choque, o pânico e o desalento, mas rapidamente os faialenses munidos de um espírito de solidariedade desmedido,



como bem caracteriza o povo Açoriano, colocaram mãos à obra para acudir àqueles que se encontravam em maior dificuldade. Todos foram mobilizados para o terreno, desde logo os poderes públicos da altura com a maquinaria necessária para desobstruir as ruas e retirar do isolamento algumas freguesias e lugares. Empresas, associações, particulares, as forças militares e policiais também elas fundamentais. Todos os que quiseram e puderam ser úteis para reverter a situação, assim fizeram.

Foi necessário agir em várias frentes. Por um lado, era preciso repor a normalidade ao nível da circulação terrestre e rodoviária, assim como o indispensável fornecimento de água, energia elétrica e comunicações e, por outro lado, havia que alojar as pessoas, famílias inteiras, que ficaram praticamente sem nada. Alguns foram alojados em tendas da proteção civil; outros em polivalentes e, ainda outros, em edifícios de maior dimensão, que não tinham sofrido danos.

Dessa solução provisória, as pessoas foram depois alojadas em casas pré-fabricadas. O Governo Regional de então adquiriu mais de 600 casas pré-fabricadas, apesar da complexidade do processo, uma vez que as fábricas do país e da Europa não tinham capacidade de responder cabalmente às necessidades solicitadas, tendo sido necessário recorrer à América do Norte, nomeadamente, ao Canadá para se conseguir concretizar essa aquisição e resolver o alojamento provisório, numa operação que ascendeu a cerca de 16 milhões de euros.

Simultaneamente, projetava-se a maior obra pública da Região Autónoma dos Açores com elevado grau de complexidade, para a qual relevou o empenhamento e rigor técnico-científico, que enformou muitas das decisões políticas, então tomadas. Tratou-se de projetar o futuro com rigor, com planeamento cuidado, reordenamento de freguesias que tinham moradias em zonas de risco, atenção às questões arquitetónicas e antissísmicas, nova adequação das tipologias aos agregados familiares, para além de sempre ter sido tida em conta, a segurança, como fator transversal em todas as decisões.



Foi um processo difícil e desafiante para aqueles que, por um lado, privados da sua habitação ansiavam por ter uma nova casa e assim poder repor a normalidade na sua vida e, por outro, para os poderes públicos que tudo fizeram para devolver esperança e conforto a estes açorianos. As empresas de construção civil não estavam, como ninguém estava, diga-se, preparadas para esse desafio, tendo sido inclusive fundamental importar muita mão-de-obra para reerguer o que o terramoto destruiu.

Recuperar o parque habitacional desta ilha, que se encontrava envelhecido, desadequado, impreparado, até, para fazer face a este tipo de calamidade, assim como 20% do Pico e algumas moradias em São Jorge, infraestruturas de saúde, portuárias, rodoviárias, escolares, igrejas, espaços comerciais, entre outros, exigiu verbas avultadas na ordem dos 250 milhões de euros, sendo 72% do esforço financeiro totalmente assumido pela Região Autónoma dos Açores e 28% pelo Governo da República.

Com vicissitudes, é certo, dificuldades e muitas pedras no caminho, foram construídas mais de 1000 novas moradias e reabilitadas cerca de 1800, reabilitadas estradas, pontes, infraestruturas portuárias e estabelecimentos comerciais.

Hoje, passados que são 25 anos, desde esta ocorrência, importa – na Casa Mãe da Autonomia, nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, homenagear todas as instituições, os membros do Governo Regional dos Açores, de então, igualmente das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Serviço de Proteção Civil, Serviços de Saúde e de Ação Social, entidades ou pessoas coletivas, assim como, todos os homens e mulheres que com coragem, determinação e profissionalismo serviram e ajudaram todos aqueles, que foram surpreendidos, por aquele terramoto! Homenagear, igualmente, todos aqueles que, tendo sobrevivido, ainda hoje carregam consigo as marcas dessa tragédia, sejam elas físicas, sejam elas psicológicas, sejam elas resultantes da perda dos seus familiares e amigos.



Igual saudação especial aos Soldados da Paz, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Faial, Pico e São Jorge, pelo trabalho insubstituível desenvolvido durante todo o tempo, desde a prestação de socorro imediato, após a ocorrência até à reposição mínima da normalidade.

Vinte e cinco anos depois, apesar de algumas incompreensões, o que fica é aquilo que se vê:

um parque habitacional renovado, e o sentimento do dever cumprido atestado pelo reforço antissísmico de centenas de habitações, que hoje garantem maior segurança, resistência e salubridade a todos os sinistrados.

Uma palavra à Junta de Freguesia da Ribeirinha do Faial, a localidade mais devastada pelo tremor de terra, pelo digno programa evocativo que liderou e implementou, no passado domingo, a propósito dos 25 anos passados desde a data do sismo de 9 de julho de 1998.

A destruição, o desalento e o sofrimento deram lugar à esperança, à capacidade de superação, à resiliência, à solidariedade e à reconstrução, como nós, açorianos, sempre soubemos fazer perante cada adversidade, porque tal como escreveu Vitorino Nemésio: “Nós não temos medo que o mar nos alague ou de que a terra nos falte: - temos sempre presente, como salutar advertência, a sensação de que o mundo é curto, e o tempo mais curto ainda”.

Assim, manifestando o nosso profundo pesar, pelas vidas perdidas naquele dia e toda dor provocada por este acontecimento, a tantos faialenses e açorianos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um Voto de Saudação pelo percurso realizado pelos faialenses, picoenses e jorgenses, assim como pelas entidades e personalidades da época, em todo o processo de reconstrução destas ilhas, em particular da ilha do Faial.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores, à Câmara e à Assembleia Municipal da Horta, às Juntas e Assembleias



de Freguesia do Concelho da Horta, aos Conselhos de Ilha do Faial, do Pico e de São Jorge, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Faial, do Pico e de São Jorge e ao Conselho Executivo e à Comissão Intermunicipal da Associação de Municípios do Triângulo.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2023.

Os deputados,

Tiago Branco

Marta Matos

Vasco Cordeiro

Isabel Teixeira

Ana Luís

José Contente

Mário Tomé